

Venezuela: Nicolás Maduro decreta estado de emergência económica

Escrito por Indicado en la materia

Miércoles, 15 de Noviembre de 2017 13:13 - Actualizado Sábado, 18 de Noviembre de 2017 13:31

Estado de emergência estará em vigor durante os próximos 60 dias. O Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, decretou um novo estado de emergência económica no país, que estará em vigor durante os próximos 60 dias.



O decreto foi publicado na Gazeta Oficial Nº 41.276 (equivalente ao Diário da República), que circulou terça-feira com data de 11 de novembro de 2017 e refere que persiste "a situação excecional extraordinária e conjuntural que afeta a economia venezuelana".

Segundo o decreto, o Executivo pode "adotar medidas urgentes, contundentes, excecionais e necessárias, para assegurar que a população disfrute em pleno dos seus direitos, para preservar a ordem interna, o acesso oportuno a bens, serviços, alimentos, medicamentos e

outros produtos essenciais para a vida".

Por outro lado estabelece que "poderão ser restringidas as garantias para o exercício dos direitos consagrados na Constituição" e que o Executivo poderá ditar "medidas extraordinárias que garantam à autoridade monetária agilizar e garantir à cidadania, a importação, distribuição e disponibilidade oportuna das moedas e notas de curso legal na República bolivariana da Venezuela".

Também está previsto conformar estruturas e ditar regulações "que impeçam as campanhas de desestabilização e distorção da economia, impulsadas por fatores nacionais e estrangeiros, através do sistema de tecnologia da informática e do ciberespaço".

É também autorizado a "estabelecer mecanismos especiais de supervisão, controlo e acompanhamento, de procura, obtenção e subministro de matéria-prima, (...), fixação de preços, comercialização e distribuição dos produtos estratégicos necessários para a agroprodução, alimentação, saúde, limpeza e higiene pessoal".

Segundo a imprensa local, esta é a 12.^a vez que o Presidente Nicolás Maduro decreta o estado de emergência económica no país, a primeira das quais em janeiro de 2016.

DN.PT